

## ATA 2ª REUNIÃO REVISÃO LEI 8.683/16

- **LOCAL: Paço Municipal de Jundiáí – Sala de situação (7º andar)**
- **INÍCIO:** 17 Horas e 45 Minutos **ENCERRAMENTO:** 20 Horas
- **DATA:** 17/01/2018
- **PARTICIPANTES:** Conforme a Lista de Presença
- **LAVRATURA DA ATA:** Paula de C. Siqueira – UGPUMA/NUPLAN
- **ASSUNTOS DISCUTIDOS/PROPOSTAS**
  - **Gestor Sinésio Scarabello**, Gestor da UGPUMA – Unidade de Planejamento e Meio Ambiente inicia a reunião dizendo sobre o tempo de reunião, que dentro do possível, será de duas horas, buscando-se que os temas planejados sejam discutidos nesse período. Respondendo as questões levantadas na primeira reunião sobre metodologia e forma de abordar o processo de revisão da Lei, informa que foi disponibilizada a metodologia para conhecimento de todos no site do Plano Diretor, assim como foi elaborado um programa de revisão com alguns critérios:
    1. Permitir que seja feita pelo menos uma leitura da Lei;
    2. Partir das questões que tenham trazido maior dificuldade, sejam as enfrentadas pela PMJ, sejam pelas apresentadas pelos municípios;
    3. Escolha dos temas para o de maior para o de menor complexidade; Obs.: O tema restrições de uso do solo é o que mais tem trazido dificuldades na PMJ e reclamações da população.
    4. Outro critério é que todos saibam, antecipadamente, os temas e artigos de referência para que possam preparar-se para as reuniões de discussão;
    5. E último critério é que a revisão seja feita num prazo plausível.

Diz que sobrarão questões para serem discutidas no processo de monitoramento e planejamento, que deve ser feito constantemente.

Apresenta os demais temas que considera a possibilidade de serem abordados com mais facilidade.

A programação também foi feita da forma apresentada para que entre uma reunião e outra a equipe técnica possa trabalhar e apresentar propostas de soluções após um consenso interno.

Por fim, a reunião será abordar o tema 1 – Restrições de uso do solo e os artigos do Plano Diretor que mais diretamente abordam o tema, além da apresentação da programação e apresenta o organograma que mostra a sistematização dos temas abordados na Lei. Por ser complexo, o tema 1 foi dividido em etapas como classificação das atividades quanto ao porte e ao tipo, para que paulatinamente possamos chegar à propostas de revisão dos quadros 5A, 5B e 2B.

Passa a palavra à arquiteta Sylvia Angelini, Diretora de Urbanismo, para apresentação de exemplos de problemas enfrentados pelos técnicos e que tem sido objeto de reclamação da população.

- **Sr. Irineu**, antes da apresentação ser iniciada, comenta que existe na cidade uma

demanda de 6.000 apartamentos para idosos e as ZEIS poderiam oferecer os terrenos e uma cooperativa habitacional poderia implantar o sistema, porém a dificuldade está na exigência de vagas.

- **Gestor Sinésio** esclarece que a programação foi dividida em temas justamente para organizar as discussões e que a questão é oportuna, porém o tema deverá ser abordado no momento de discussão do tema 2 – Zoneamento Especial.

- **Sra. Sylvia Angelini**, Arquiteta e Urbanista, Diretora de Urbanismo da UGPUMA - Inicia a apresentação retomando que a revisão se trata de ajustes no Plano com base na experiência nesse período de 18 meses de aplicação, quando foram identificados os problemas.

Foi realizada explanação detalhando a apresentação do poder público disponibilizada no site do Plano Diretor.

Em relação ao tema da reunião - restrições ao uso do solo, informa que o uso do solo e suas restrições são determinados com base na análise das zonas, com o que se pretende para cada uma delas. Nos anos 60, 70, as zonas abarcavam uma leitura de cidade fragmentada em áreas residenciais, industriais, comércio e serviços, porém o incômodo não era considerado e essa fragmentação gerou consequências ruins como ocupação espraiada e mobilidade ineficiente. Hoje, considerando-se a premissa de cidade compacta, de usos mistos, há outras formas de distribuir os usos, considerando-se a incomodidade, preservação de recursos naturais, patrimônio histórico cultural e distribuídos de maneira mais uniforme possível no território, criando-se centralidades e induzindo-se o andar a pé, o maior uso de transporte coletivo, de bicicleta, enfim, precisamos distribuir os usos no território, mas com ajustes necessários. Até que porte de atividade podemos permitir? Como avaliar o impacto de uma atividade? Devemos pensar como conciliar os usos sem prejudicar a qualidade da cidade. Da relação do uso, das atividades que queremos para o território e restrições construtivas dos lotes é que definimos restrições ao uso do solo. São limitações geradas pela Zona, índices paramétricos e do sistema viário. A calibragem pode ser dada por zoneamentos múltiplos ou pelo sistema viário. No Plano Diretor, essa calibragem foi feita pelo sistema viário. Em alguns lugares, essa medida está impedindo a implantação de atividades e objetivamente, estão discriminados abaixo os problemas nos quais basearam-se os exemplos mostrados na reunião:

1. Classificação viária: algumas classificações estão impedindo atividades desejáveis e permitidas no zoneamento.
2. Potencial construtivo x Porte da atividade: posso construir em determinada área, porém a atividade não pode ocupar toda a área, apenas parte dela.
3. Incoerência na Classificação das atividades quando se considera o incômodo produzido ou a falta de incômodo.
4. Transição de usos nos limites de corredores urbanos: mudança abrupta, falta de gradação.
5. Zonas distintas com características muito semelhantes na aplicação dos índices e parâmetros urbanísticos.

Finaliza a apresentação comentando dos artigos 309 e 310 que possibilita apresentação de recurso para consideração do uso pretendido com base na cidade consolidada para emissão de certidões de uso do solo. Porém, precisamos, para otimizar o trabalho, buscar que as certidões não necessitem, a não ser em casos muito específicos, de análise técnica e encaminhamento aos Grupos Técnicos e Conselhos, deixando para essas instâncias questões conceituais e teóricas como o de agora.

- **Gestor Sinésio** diz que os problemas apresentados são complexos e outras versões da Lei apresentavam problemas semelhantes. Exemplificou os corredores urbanos: Houve uma época em que o corredor era definido como, ao longo da via estrutural, uma faixa ou os imóveis que tinham frente para a via estrutural que poderiam utilizar os índices do corredor, porém alguns terrenos com muita profundidade, acabavam invadindo os bairros residenciais. “A proposta de resolver o problema foi estabelecer uma profundidade máxima, porém, o sujeito que estava no 31º metro, caso o limite fosse 30m, reclamava. Entendemos que sempre haverá o levantamento dessas questões que são de complexidade e difíceis de serem resolvidas, principalmente em relação à cidade que já existe e que não foi planejada conforme os preceitos da Lei. Portanto, o tema Restrições aos Usos do Solo tem gerado maior dificuldade e reclamações, o que exige também bastante cuidado no momento de propor soluções correspondentes. ”

Por isso, de tudo o que precisa ser visto, propusemos uma reflexão do tema 1 por partes: Primeiro, estudarmos o porte das atividades que hoje está dividida em 07 categorias. Pode ser mais, menos? Como é feito em outras cidades? Em seguida, avaliar a forma de classificar as atividades, que hoje estão classificadas de acordo com o tipo de atividade. Por exemplo, um grupo de atividades da área saúde ocupa um conjunto de NR (não residencial), outro grupo da área de serviços, ocupa um outro conjunto de NR (não residencial). Antes, existia o critério de grau de incômodo crescente e do ponto de vista urbanístico, não importava a área da atividade, mas sim o grau de incômodo. Cada uma dessas questões, a equipe da Prefeitura se propõe a refletir intensamente, fazer simulações e na reunião seguinte, apresentar o resultado dessa reflexão. Gostaríamos que todos os participantes fizessem a mesma reflexão para que possamos fazer uma discussão com a maior serenidade possível para evitarmos daqui a poucos meses, enfrentarmos os mesmos problemas, ou seja, apresentarmos soluções que não corrigem. Não existirá 100% de satisfação e coerência, por isso todos devemos pensar priorizando-se o coletivo.

Na reunião do dia 26/02, pretendemos ter propostas para que possamos deliberar a questão do tema 1 - restrições de uso do solo - em relação ao porte e classificação das atividades e assim, na sequência, possamos enfrentar outras questões do mesmo tema. ”

Fecha sua fala dizendo que a discussão está sendo feita de forma totalmente aberta e com diálogo constante com o CMPT – Conselho Municipal de Política Territorial. O que foi apresentado era o que havia ficado como compromisso da reunião passada e abre a palavra aos presentes na reunião.

- **Sr. Irineu:** Comenta que devem ser equalizadas as questões para chegarmos a um denominador comum, porém gostaria que fosse aberto um canal de diálogo direto com técnicos da UGPUMA.
- **Gestor Sinésio:** Diz que existe o Conselho com representantes de bairros, sociedade civil organizada e que as questões são discutidas no ambiente do Conselho. Independente disso, todos que se apresentam na Secretaria, são atendidos.

- **Sr. Daniel Motta, Presidente do CMPT:** informa que o CMPT foi instituído a partir da promulgação da Lei 8.683/16 e tem a função zelar pelo Plano e de acompanhar sua aplicação. O CMPT se reúne 1 vez por mês, além das reuniões das atualmente cinco Câmaras Técnicas (FMĐT, Legislação Urbanística, Equidade e Democratização e Função Social, Urbanística e Ambiental da Cidade e Complexo FEPASA), que possuem a função de estabelecer a relação direta com a sociedade.
- **Gestor Sinésio:** Diz que não conseguiremos tratar todas as questões do governo durante as reuniões do Plano Diretor e que mesmo oportunas foram divididas em temas, justamente para que consigamos ter foco e resultado. Informa também que há um canal aberto no site do Plano Diretor, independentemente do programa apresentado, que foi a forma que optamos por organizar nossa discussão e que os assuntos serão organizados e analisados para tratarmos no momento oportuno.
- **Morador de Jundiaí:** Reclama da falta de possibilidade de se construir ou instalar atividades. Diz que tem um projeto aprovado de construção de 900m<sup>2</sup> para uma atividade. Porém esses mesmos 900m<sup>2</sup> em quinze empresas, não é permitido.
- **Gestor Sinésio:** Diz que é devido a essas reclamações que estamos fazendo essa revisão, mas que o processo deve ser sereno e cuidadoso. Precisamos, no universo de reclamações que a Prefeitura recebe, classifica-las em procedentes e não procedentes. O que significa é que após a revisão, parte das reclamações continuarão e parte não, porque há o interesse da cidade que deve ser preservado, não dizendo que este seja o caso, porém deve ser analisado com muito cuidado e serenidade.  
Há reclamações em relação à classificação de ruas, que talvez faça sentido a reclassificação, que serão expostas em reunião para discussão, assim como há casos em que já houve reconhecimento da equipe técnica quanto aos problemas que serão analisados e apresentadas propostas de solução.
- **Morador de Jundiaí:** Diz que tem uma lista de projetos aprovados que hoje não podem ser implantados...
- **Gestor Sinésio:** Todos os funcionários públicos devem cumprir a Lei e por mais que o problema seja reconhecido, a Lei deve ser cumprida. O que se tem feito é anotar as reclamações e problemas para que sejam discutidos nesse Processo de Revisão.
- **Paula/PMJ/UGPUMA:** sugere que os problemas sejam registrados no site, através do e-mail [planodiretorparticip@jundiai.sp.gov.br](mailto:planodiretorparticip@jundiai.sp.gov.br).
- **Morador de Jundiaí:** Comenta que a questão dos gabaritos representada como se a superfície fosse plana é equivocada.
- **Sylvia/PMJ/UGPUMA:** Concorda com o município mas explica que a questão de gabarito está equacionada e que a questão a se resolver é de uso, de mudança abrupta do corredor e bairro.
- **Sr. Daniel/CMPT:** pergunta se o material será enviado/disponibilizado aos presentes dessa reunião e da reunião passada, assim como pergunta qual será o próximo passo.
- **Paula/PMJ/UGPUMA:** Diz que o material todo será disponibilizado no site, tanto a agenda/programação, apresentação, Atas, etc.

- **Gestor Sinésio:** Esclarece que o próximo passo será a formulação de propostas em relação a classificação de porte e atividades. Comenta que a classificação das atividades, ainda em discussão, poderia ser feita por incomodidade.

“Outra discussão é que na medida do possível, queremos usar a informatização e nesse sentido, a Prefeitura tem feito a emissão de certidões de uso do solo on line, mas para isso é necessário ter um critério muito claro de classificação das atividades. Hoje, a classificação do ponto de vista urbanístico está associada ao CNAE, feita para efeito fiscal, que facilita a relação do Planejamento e Finanças, porém muitas vezes apresenta incoerências em relação a critérios urbanísticos. Internamente, há discussão desses problemas enfrentados entre a necessidade de compatibilização entre Expedição de Uso do Solo, Expedição de alvará de funcionamento e legislação federal que agiliza a constituição e instalação de empresas.

- **Morador de Jundiaí:** Diz que com isso, Jundiaí perde a instalação das empresas para outros municípios e conseqüentemente perde arrecadação.
- **Sr. Daniel/CMPT:** Solicita que as propostas enviadas pelos munícipes, sejam disponibilizadas anteriormente à próxima reunião, o que será feito.
- **Morador de Jundiaí:** Existe alguma cidade que no porte de Jundiaí resolveu esse problema de classificação viária, atividade e porte?
- **Sylvia/PMJ/UGPUMA:** Talvez uma solução seja reclassificar a via, mas é necessário utilizar dados e as informações georreferenciadas (situação consolidada) agilizarão a análise para conseguirmos realizar simulações e conseqüentemente propostas de soluções específicas para Jundiaí.
- **Sr. Leopoldo Brunelli/PMJ/FUMAS:** Apresenta que de 1997 a 2012 foram construídas aproximadamente 6.000 unidades habitacionais de interesse social com pouco recurso municipal, basicamente com recurso federal. A média significa 01 (uma) casa por dia. Até o final de 2012, havia 1.500 (mil e quinhentas) unidades aprovadas que por quatro anos significa uma média de 01(uma) unidade por dia. Em 2017, foram aprovadas 36 (trinta e seis) unidades, o que se somando às 1.500 (mil e quinhentas) já aprovadas, significa 0,5 (meia) unidade por dia. Além disso, não há perspectiva de nenhuma outra aprovação, principalmente em parceria com a iniciativa privada. “A expectativa da população, desde o início da gestão, é de 8.000 (oito mil) unidades, em 18 (dezoito) termos de parceria, que não retornaram, devido às restrições do Plano, principalmente em relação ao lote máximo de 12.000m<sup>2</sup> e frente máxima de 20.00m. Para isso, há necessidade de parcelamento, o que implica em doação de área de 5% equipamento público e 20% de área verde. Para conseguir 20.00m de frente, há necessidade de abertura de via, o que leva à perda de aproximadamente mais 15%, fora APPs e áreas remanescentes de vegetação. Isso reduz a quantidade de unidades habitacionais e o VGV o valor de venda não chega a pagar o valor venal da área, fazendo com que o empreendimento seja inviabilizado. A preocupação é que fiquemos apenas discutindo e não entreguemos habitações de interesse social nos próximos 03 anos. ”

- **Gestor Sinésio:** “De fato as restrições da Lei existem e dificultam, pois para se viabilizar um conjunto habitacional, o terreno deve ter um tamanho significativo e 10.000m<sup>2</sup> não é nenhum exagero: 50.00mx200.00m, dimensões de uma quadra padrão e frente de 20.00m para um terreno de 10.000m<sup>2</sup> é de fato, um problema que será abordado. Temos um programa que pretendemos, até agosto de 2018, termos propostas em todos os aspectos que precisam ser corrigidos, porém se a questão da FUMAS é urgente ela deve ser trazida nas reuniões do Processo de Revisão, para ser discutida e tratada de forma paralela. ”
- **Sr. Silvio Duarte/CMPT:** Solicita que as apresentações, se possível, sejam disponibilizadas no site antes das reuniões.
- **Sr. Mauricio Rappa:** Solicita que as áreas livres públicas, divididas em áreas verdes e de equipamentos públicos sejam disponibilizadas em mapas.
- **Sra. Daniela da Câmara:** Cumprimenta a todos, o Secretário e em especial os técnicos e diz que fica feliz em ver a sala cheia de ver pessoas interessadas. Diz ser importante fazer um entendimento entre política urbana e política de mercado. “As urgências são políticas de mercado, mas há urgências que também são políticas urbanas. As questões internas ao Plano Diretor e ao processo de elaboração e revisão tem uma relação direta com o tempo. Planejamento urbano, a cidade que se pretende, não pode ser desassociado ao mesmo tempo que as demandas urgentes precisam ser atendidas. Não existe lei perfeita e os ajustes serão sempre necessários. O processo de planejamento é contínuo, ultrapassa governos. Política pública séria, que quer uma cidade para todos, só é alcançada a longo prazo. Não conseguiríamos encontrar ajustes necessários na Lei, sem ter passado pelo tempo de aplicabilidade e isso não significa que a lei é ruim, mas sim que o processo é contínuo. Dentro da Lei, há sistemas de controle que acompanham e analisam essas inconsistências. O conflito lote e gleba, por exemplo, foi resolvida nesse tramite que está na Lei, além de outras questões. Diz que enxerga ausência de elaboração de alguns planos, como do Plano Municipal Ambiental, Plano de Desenvolvimento Rural. A questão da zona rural e urbana, por exemplo: Se não desenvolvermos políticas públicas e instrumentos ambientais para o desenvolvimento rural, continuaremos com o discurso equivocado de que o agricultor não quer trabalhar no campo. ” Não vê o funcionamento pleno do FMDT. Os ajustes na escala macro, como zoneamento: se os objetivos não forem rediscutidos, entende que essas alterações levam a discussão de política de mercado. A função de vias, realizada sobre o cadastro da Finanças mostrou, em contraponto à cidade real, que temos a cidade ilegal em funcionamento. Comenta que o zoneamento, para ser discutido, não se deve perder o objetivo de cada zona e não apenas os índices aplicados. Diz que não observou nenhuma metodologia e solicita que o processo se cumpra de forma deliberativa como o anterior.
- **Gestor Sinésio:** “Existe o risco de uma desqualificação da Lei que não é verdade e nós corremos o risco de cometermos equívocos e as pessoas ficam falando de um lado ou de outro, o que também não é verdade. Há falas que estamos aqui para defender interesses de construtores, de empresários, de especuladores e isso também não é verdade. Estamos aqui para defender os

interesses da cidade, da população. E hoje há pessoas aqui que enfrentam, vivenciam problemas...Queremos planejar uma cidade e o mercado faz parte. Nós construímos a cidade junto com o mercado. Não adianta construirmos a cidade sem olharmos a cidade real. Exemplifica mostrando os loteamentos clandestinos que estão em áreas de mananciais e área rural, desrespeitando objetivos e princípios que buscamos à cidade que desejamos e são fruto de condições socioeconômicas e fatores políticos que não podemos ignorar. Hoje temos a soma de 8 milhões de m<sup>2</sup> em processo de regularização.

A Unidade de Gestão de Abastecimento e Agronegócio se esforça e está desenvolvendo projetos, ainda não traduzido em um Plano, porém busca viabilizar a manutenção da atividade agrícola. Foi aprovado e instituído o Plano de Saneamento. A UGPUMA está atolada com as questões do Plano Diretor pois o caso de cada um vira um processo praticamente acadêmico, o que não pode ser mantido. Para emissão de certidão de uso do solo, por exemplo, precisamos melhorar as normas, leis e procedimentos internos que tem dificuldade de ajuste e há um esforço de promover a integração na forma de plataformas. Houve muito trabalho em 2017, no sentido de não paralisar obras viárias do Complexo Viário, por exemplo, por conta de desapropriações. Não é possível a dedicação exclusiva em feitura de planos que indicam o que deve ser feito, porém não apontam o como fazer e de onde vem os recursos...Exemplifica que para o FMDT – Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial foram criados procedimentos para entrada dos recursos previstos e os advindos da outorga onerosa e pecúnia já estão instituídos, porém ainda sem entrada de receita. Porém, esses recursos não serão suficientes para tratar a questão habitacional. Escrever planos também não resolverá os problemas, temos que pensar em como viabilizar as questões e nesse momento, estamos aqui para encontrar os mecanismos de viabilização para que o mercado não promova injustiças aos que possuem menos recursos, mas não para combatê-lo, já que vivemos num país que tem uma economia de mercado. A cidade do mercado e a que desejamos é uma mesma cidade, na qual toda sociedade deve participar para construí-la. Quanto à metodologia, a expusemos na reunião passada e trata-se de um método muito utilizado, fruto de pesquisa na literatura, chamada modelo de diálogo de planejamento no qual precisamos compreender o problema, ter um consenso sobre o que queremos, sabermos que temos capacidade de deliberar, conhecer as alternativas de soluções e suas consequências. Fazer simulações para conhecermos a forma e os efeitos colaterais antes de decidirmos. A forma de abordar os problemas dos mais graves para o mais simples e em cada reunião termos um foco, também acaba sendo metodologia. Poderíamos propor outras formas de desenvolver o processo, mas entendemos que o diálogo franco, direto, de ouvir a todos é uma forma mais adequada para discutir os problemas com profundidade. Buscaremos, sempre que possível, o consenso, mas também há questões de abordagem estritamente técnica e não podem ser tratados com uma simples deliberação. As pessoas que não se sentem habilitadas o suficiente a respeito de determinados assuntos, devem acreditar na equipe técnica, porém, todas as sugestões de propostas serão enriquecidas com sugestões e esse processo de captar sugestões, analisá-las, mostra-las e discutí-las, não pode ser outra coisa, senão uma metodologia de discussão que permite

muita participação. ”

- **Sra. Maria Magdalena de Faria:** Elogia o Gestor Sinésio e diz que pode contar com sua ajuda e deseja sucesso nos projetos. Comenta sobre os problemas enfrentados não só por Jundiaí, mas pela região toda e diz que é muito importante o planejamento urbano.
- **Sr. Silvio Dreza:** Faz duas colocações: Que seja apresentado o número de certidões de uso do solo permitidas e não permitidas e os porquês: se foram pedidos absurdos ou necessidade de ajustes. A segunda é em relação a proposta de divisão da Lei de Uso do Solo e Plano Diretor, se esta discussão deve ser feita em separar os dois dispositivos legais pois entende, representando a AEJ, que a cidade que queremos está dentro do plano diretor e a cidade que atende as demandas diárias é mais dinâmica e necessita de ajustes cotidianos (microescala) está na Lei de uso e ocupação do solo.
- **Gestor Sinésio:** Diz que foi feita uma proposta de abordagem dos temas que colocam os problemas que temos enfrentado de acordo com as reclamações das pessoas e isso pode resultar em modificações pontuais ou na necessidade de fazer um novo texto. A forma da redação será discutida posteriormente às propostas de soluções dos problemas.
- **Sr. Irineu:** Insiste no pedido de construção de um prédio para idosos. Diz que não querem garagem, transporte, mas sim morar num lugar com apartamentos pequenos só para idosos.
- **Gestor Sinésio:** Diz que o pedido do Sr. Irineu é uma proposta que será analisada.
- **Sr. Ricardo Benassi:** Diz que corremos o risco de ficarmos discutindo e não conseguirmos resolver os problemas, principalmente à população mais carente. Quanto mais dificuldades para construção no município, a condição fica mais favorável às grandes empresas, pois diminui a concorrência. Entende que é mais objetivo inserir as benesses do Plano Diretor antigo no atual. Sabe que haverá críticas, mas se preocupa com o risco de se passar três anos discutindo os problemas.
- **Gestor Sinésio:** Diz que há um programa com a intenção de chegarmos em agosto com uma proposta do que entendemos que precisa ser corrigido. A questão da FUMAS poderia ser tratada paralelamente e informa que está sendo tratada no CMPT, porém, e independentemente do trâmite do Conselho, entende que, se a exigência de frente máxima de 20m deixar de existir e a de não existência de superquadras permanece, seria o suficiente para se evitar grandes condomínios.
- **Sr. Afonso Zeni:** “Como ficam os delegados que participaram do Processo do Plano Diretor? ” Não vê o porquê da espera do período de um ano após a promulgação da Lei para o poder público enxergar que o Plano está apresentando problemas.
- **Gestor Sinésio:** Explica que a Administração, respeitosamente em relação ao trabalho desenvolvido, monitorou o Plano durante o ano todo, aguardou o Fórum, inclusive segurou as pontas das reclamações dos munícipes, ouvidas durante as reuniões desse processo de revisão e diariamente nos atendimentos. Reconhece o esforço, compreende as dificuldades e tem certeza



que não conseguiremos acertar em 100% e problemas continuarão existindo. O monitoramento é permanente, a atividade de planejamento é contínua, pró ativa, mas também deve ser reativa no sentido de buscar solucionar problemas que surgem, porém com serenidade e tranquilidade que é o que está se buscando fazer nesse processo.

- **Sra. Daniela da Câmara** gostaria de entender melhor a sugestão do Ricardo Benassi que explica que sua sugestão é juntar o que é bom dos dois planos – Lei anterior e vigente.
- **Sr Mauricio Rappa** busca sintetizar a fala do Ricardo e do Gestor Sinésio, inclusive entende que o que todos devemos fazer é não desconstruir as coisas boas que existem e sempre trabalhar para avançar e aprender com os erros, corrigindo-os e avançando em relação à uma cidade melhor para se viver que possa ser referência no país.
- **Gestor Sinésio:** Finaliza a reunião, agradecendo a presença de todos e pedindo que todos continuem participando.

#### **ENCAMINHAMENTOS:**

- Disponibilização constante de informações no site: agenda/programação, apresentação, Atas, etc.
- Recebimento de propostas da população e sociedade civil organizada até dia 29/01. Obs.: Solicitação de envio de propostas até uma semana antes da data da próxima reunião.
- Formulação de propostas em relação a classificação e porte das atividades pelo poder público para reunião do dia 05/02;
- Sempre que possível, o poder público deverá disponibilizar as apresentações antes da reunião.